

# **MOVIMENTO SINDICAL E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO; Efetivação do desenvolvimento econômico e sustentável dos trabalhadores da agricultura familiar por meio de entidade sindical.**

Anderson Giovani da Silva (Autor )

*Centro de Ensino Superior Dom Alberto (CESDA)*

[andersongiovani.dasilva@yahoo.com.br](mailto:andersongiovani.dasilva@yahoo.com.br)

Vinicius da Silva (Co-autor)

*Centro de Ensino Superior Dom Alberto (CESDA)*

[viniciusdsp@hotmail.com](mailto:viniciusdsp@hotmail.com)

**Resumo:** O presente estudo visa lançar um olhar sobre o movimento sindical, mais precisamente o dos trabalhadores e trabalhadoras rurais da agricultura familiar na sua organização e nas suas lutas, assim, o sindicalismo, objeto do nosso estudo, é um fenômeno que se originou do feudalismo, uma vez que, surge no modo de produção capitalista, de exploração de mão de obra operária, a pesquisa emprega o método dedutivo/analítico, já que parte do geral para o particular e bibliográfica.

**Palavras-chave:** desenvolvimento rural sustentável, formação sindical, organização sindical.

## INTRODUÇÃO

Pode-se mencionar que história das sociedades é marcada pelas lutas entre explorados e exploradores. Isto ocorreu no sistema escravista, e vem ocorrendo nos dias atuais, deste modo, de que forma o Estado democrático de direito vem enfrentando tais problemas, e como os explorados se mobilizam para defender seus direitos, o presente artigo visa lançar um olhar sobre o movimento sindical, mais precisamente o dos trabalhadores rurais da agricultura familiar na sua organização e suas lutas, a pesquisa emprega o método dedutivo/analítico, já que parte do geral para o particular e bibliográfica. Assim, o sindicato, objeto de nosso estudo, é um fenômeno que se originou do feudalismo, sendo que, surge no modo de produção capitalista. Segundo (BORGES, 2007, p.9) A palavra surge do francês - *syndic* - que significa “representante de uma determinada comunidade”.

## 1-ORIGEM E FORMAÇÃO DOS SINDICATOS

Assim, com a queda do feudalismo na Europa, num longo processo iniciado a

partir do século XVII, uma vez que a sociedade se divide claramente em duas classes. De um lado, a burguesia, dona dos meios de produção - instalações, máquinas, matérias primas. O termo burguesia deriva de burgos, que eram as pequenas localidades nos arredores dos feudos, onde viviam os comerciantes e os artífices - os germes dos futuros industriais. Do outro, o proletariado, desprovido de tudo, obrigado a vender a sua força de trabalho aos capitalistas. A expressão proletariado vem do latim da antiga Roma e significa que, os cidadãos que viviam à beira da miséria e que tinham uma prole numerosa. (CONTAG, 2007, p. 9), Nesse sentido, o primeiros sindicatos nascem exatamente na Inglaterra - considerada o “berço do capitalismo”. Pois foi nesse país que se fez a primeira revolução burguesa da história - dirigida por Cromwell, em 1640. Desta maneira depois de muitas marchas e contramarchas, a burguesia se fixou no poder, juntou e consolidou capital e vindo a realizar a primeira revolução industrial - no século XVIII. Uma vez que,

Capitalismo inglês vai viver a partir daí um intenso processo de desenvolvimento, com a superação do trabalho artesanal, posteriormente da produção manufatureira e, a partir da introdução de novas máquinas, com o surgimento das grandes fábricas. (CONTAG, 2007, p. 10)

Nesse sentido, com o desenvolvimento do capitalismo deixará irrefutável a incompatibilidade desse sistema. Pois para extrair a mais-valia, fonte dos lucros, a burguesia inglesa determina uma jornada de trabalho que atingiam até 16 horas diárias. “Os salários serão os mais reduzidos e as condições de trabalho, as mais precárias.”

Tendo por objetivo de atrair mão-de-obra livre, ela articular os famosos “cercamentos” no campo, nos séculos XVII e XVIII, afastando os servos das glebas rurais para torná-los “homens livres”, habilitados ao trabalho assalariado. Nesse interim o período, “são constituídos enormes contingentes de desempregados nos centros urbanos, que Marx chamará de exército industrial de reserva, como forma de baratear o custo do trabalho através da concorrência.” Contag, 2007, p.10. Assim sendo,

A introdução das novas máquinas, que representa a consolidação definitiva desse novo modo de produção, também agravará as contradições entre capital e trabalho. Através desses novos instrumentos, a burguesia golpeia os artesãos e suas corporações, que tinham grande poder de barganha. Com as máquinas, ela não necessita mais de mão de obra especializada do artesão, pode introduzir a mulher e o menor no mercado de trabalho,

com salários mais aviltados e em piores condições de trabalho. (CONTAG, 2007, p. 10)

Assim, segundo Leo Huberman, no livro “História da Riqueza do Homem”, leciona a respeito desse brutal processo de rebaixamento do nível profissional. Segundo ele, tem-se por exemplo, a narrativa de uma criança de 11 anos a uma comissão do parlamento inglês, em 1816: “Sempre nos batiam se adormecíamos. O Capataz costumava pegar uma corda da grossura do meu dedo polegar, dobrá-la e dar-lhe em nós. Trabalhei toda a noite, certa vez”. Pois com, todas essas circunstâncias de exploração, próprias do novo sistema econômico, vão trazer relutância entre os explorados. Por esse motivo o processo de luta cruzará por longas experiências. Achando-se as greves e os sindicatos, por exemplo, não surgirão num estalo de dedos. Sem antes, a classe operária galgar por um longo processo de aprendizado e transformação, até encontrar as maneiras mais eficientes de luta e vindo a concluir que sua união é de suma importância para se contrapor ao poder do patronato. Assim uma das mais relevantes formas de luta foi o Luddismo, similarmente conhecido como o movimento dos quebradores de máquinas. Principiantes, ” a jovem classe operária viu nas máquinas o seu principal inimigo.”

Enfim, “aparentemente a máquina é que era responsável pelo desemprego dos trabalhadores especializados, pela inserção da mulher e do menor nas fábricas em condições degradantes desumanas”.

(CONTAG, 2007, p.11)

Neste sentido, dentre outras formas de luta que será usada na aurora da classe operária, será o boicote - palavra que deriva do nome de um oficial inglês encarregado de administrar os negócios do conde Erne, da Irlanda, “Sir Boycott era conhecido por seus métodos truculentos no tratamento com os empregados.” Pois “ele se recusava a negociar e os trabalhadores passaram a fazer o mesmo, propondo que os moradores do povoado não consumissem os produtos do Conde Erne”. Vindo este a ter um grande prejuízo e afastando o oficial inglês do cargo. Outra maneira de luta era a sabotagem,” usada nesse período como mecanismo de pressão dos trabalhadores por seus direitos”. Uma vez que o termo tem origem francesa e significa "tamanco". Assim os “operários franceses usavam esse tipo de calçado para danificar as máquinas, emperrando a produção.” A grande elevação na “ação desse jovem proletariado vai se dar com o recurso da greve - uma forma de luta mais avançada para pressionar o patronato.”

Segundo leciona José Cândido,

A origem do termo, liga-se à Praça da Greve (place de grève), atualmente

praça do Hotel De Ville, em Paris. Quando desempregados ou para tratarem de assuntos relativos ao trabalho, os operários costumavam reunir-se ali. Faire grève (fazer greve) significava, portanto, reunir-se na praça da greve. A greve foi o recurso de luta de maior eficácia nesse período, tanto na Inglaterra, como nos demais países em que o capitalismo foi introduzido. (CONTAG, 2007, p. 12)

Nesta acepção, para os revolucionários, a greve será vista como uma das fundamentais ferramentas na luta de guerrilha entre capital e trabalho e como poderoso instrumento de elevação da consciência e do nível de organização do proletariado, rumo ao justiça social e a igualdade.

## 2- OS PRIMÓDIOS DOS SINDICALISMO NO BRASIL

Nos primórdios da colonização brasileira, a conquista do território brasileiro pelos portugueses ocorreu com a colonização de exploração. Extrair da Colônia tudo que ela pudesse oferecer. Pode-se afirmar que a luta pela terra propiciou no momento em que os colonizadores tomaram conhecimento da imensidão do território brasileiro, que era e é, abundante em matérias primas totalmente disponíveis para exploração. Sucendo-se que o Brasil foi dividido em grandes áreas, chamadas de capitânicas hereditárias.

Neste sentido, os proprietários não permitiam o estabelecimento de lavradores em suas terras, a não ser como seus dependentes, fazendo com que muitos se tornassem posseiros de pequenas porções existentes entre uma propriedade e outra. Outros foram para locais distantes, começando a formar a categoria de agricultores familiares, pode-se mencionar que, os “nobres e comerciantes instalaram aqui os engenhos de açúcar, iniciando o que chamamos de *plantation*, uma combinação de latifúndio e monocultura voltada a atender ao mercado externo.” Sendo que, a” mão-de-obra escrava, oriunda da África, sustentava esse modelo. Uma das formas mais significativas de resistência dos escravos africanos era a fuga para os quilombos.” Desta maneira no século XIX, vieram os primeiros colonos europeus não portugueses - suíços, alemães, italianos.” Eram agricultores pobres atraídos para o Brasil por promessas de terra, que passaram a ocupar áreas ainda não utilizadas, nas regiões Sul e Sudeste, e trabalhavam, principalmente, no regime de parceria ou colonato” . Uma vez que estes colonizadores promoveram conflitos por terra e pela libertação dos escravos.(CONTAG, 2003, p.10).

Assim em, 1850, o Império delimitou o direito de posse da terra, por meio da Lei de Terras. Expressando o associação do

capital com a propriedade de Terra, uma vez que a partir desse momento a terra foi transformada em uma mercadoria. Exclusivamente quem já dispunha dela e de capital podia ser proprietário, coibindo que os, ex escravos, posseiros e os imigrantes pudessem se tornar proprietários, porém, se constituíssem em mão-de-obra assalariada necessária nos latifúndios. Segundo leciona José de Souza Martins: “Enquanto o trabalho era escravo, a terra era livre. Quando o trabalho ficou livre, a terra ficou escrava”. (CONTAG, 2003, p. 10).

Neste sentido, com o termino da primeira guerra mundial (1914-1918), a revolução russa(1917), a quebra da bolsa de Nova York (1929), a crise do café, o movimento tenentista e a coluna Prestes assinalaram uma grande sequência de protestos de operários, artistas, militares, camponeses que iniciaram a solicitando a “suspensão do pagamento da dívida externa, a reforma agrária, a elaboração de uma legislação protegendo os trabalhadores rurais, e a colonização em terras devolutas com base em pequenas propriedades.” A carência de uma organização ou entidade que agrupasse essas bandeiras, na época, foi um dos fatores que impossibilitou a estruturação e efetivação de legislação específica para o campo.(CONTAG, 2003, p. 11)



### **3- FUNDAÇÃO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA**

Assim, tem-se que com a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), Ação Popular (AP) – com vínculos aos católicos –, as Ligas Camponesas participantes nos estados do Nordeste, do Sul e do Sudeste nas décadas de 50 e 60, desempenharam importante papel ao impulsionar a criação de sindicatos de trabalhadores rurais. Sendo que essas ações ajudaram com os processos formativos e com o aparecimento de novas lideranças, ao “construir e difundir uma compreensão sobre o papel do sindicato, sobre as dimensões político-organizativas e sobre a elevação da capacidade reivindicatória da classe trabalhadora.” (WATANABE, 2010, p. 3).

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), fundada em 22 de dezembro de 1963, entidade de representação é, conforme a estrutura sindical brasileira, uma organização articulada verticalmente em sindicatos de base local e federações estaduais, que conformam o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR. Sua criação, em dezembro de 1963, emerge de um processo de lutas e resistências, protagonizadas

historicamente por índios, escravos e camponeses, como reação à situação de violência, exclusão e exploração impostas para o campo. Tendo por objetivo a busca de melhores condições de vida e de trabalho para a categoria trabalhadora rural. Sua trajetória é fruto da organização, trabalho, articulação e mobilização dos mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) e das 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) filiadas, que compõem junto com a CONTAG o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). (CONTAG, 2015.)

No decorrer da história, a Confederação articulou distintos processos até chegar à elaboração da Política Nacional de Formação, que visa vincular iniciativas em inúmeras áreas temáticas em linhas de ação, como: “formação político-sindical; organização social e produtiva; gestão sindical e sustentabilidade política e financeira; concepção e gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural”, sendo protagonizadas pelo Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais tais como “desenvolvimento, trabalho e cidadania; monitoramento, avaliação e sistematização da Política Nacional de Formação; desenvolvimento metodológico; e igualdade de oportunidades.”

Assim, dessa mobilização nasce também a Escola Nacional de Formação da CONTAG (ENFOC), que desenvolve seu papel com base no eixo temático “Ação Sindical e Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário” e nos eixos pedagógicos “Memória e Identidade” e “Pedagogia para uma Nova Sociabilidade”.

Uma vez, que em seu cotidiano, ou seja, das práticas sindicais são também espaços de formação, onde se elabora e se auto reconhece, enquanto agente de transformação, contribuindo com “ a construção de conhecimento se realiza quando as lideranças sindicais trazem para a consciência elementos que as ajudam a questionar a realidade em que se encontram imersas”, devido ao, cotidiano da luta e da vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Tem-se as lutas contemporâneas, como o Grito da Terra Brasil, Marcha das Margaridas, Festivais da Juventude e acampamentos, propõem um conjunto de políticas que indagam a sociedade e mostram para a nova sociedade que os trabalhadores e as trabalhadoras desejam construir. (WATANABE, 2010, p.2).

Nesse sentido, leciona Watanabe, 2010, p.3,

Foi por meio do processo de formação, especialmente durante o regime militar, que o MSTTR construiu um Plano de Reforma Agrária e uma estratégia para a luta

de resistência dos posseiros. Por meio da formação, projetou as greves dos assalariados e suas pautas de reivindicações, que acabam por produzir conquistas de direitos e mudanças nas relações de trabalho no campo. Não são diferentes os processos de lutas pela previdência e pela construção de “política agrícola diferenciada para os pequenos produtores” e, mais recentemente, o trabalho de organização das mulheres, que se inicia por instrumentos de formação como seminários, plenárias, etc.

Assim, com a finalidade de ratificar o espaço rural como lugar de realização da vida e, fonte de desenvolvimento sócio cultural, O movimento sindical visa desconstruir a oposição entre campo e cidade, através da CONTAG que buscou, desde seu surgimento, validar os valores presentes no campo, uma vez que , ao “estabelecer contraposições no tratamento dado à população do campo ao longo da história.”(WATANABE, 2010, p.3),

Além disso, a CONTAG pleiteava extensão dos programas oficiais de alfabetização, tornando-se colaboradora destes. Os espaços de formação eram, também, utilizados como potenciais espaços de reflexão sobre a diversidade do campo e sobre os direitos dos camponeses e a criação de entidades sindicais. A estratégia de formação de dirigentes orientava a ação a partir das bases, para contribuir com a organização em delegacias, ampliações de experiências de institutos e escolas de educação rural e familiar, e com orientações sobre direitos (CONTAG, 1973). Watanabe, 2010, p.3

Nesse sentido, na luta pela Reforma Agrária, como ferramenta estratégica para

a promoção da função social da terra, e o resgate da cidadania de milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais, e forma de geração de emprego e renda dentro e fora do setor agrícola, como forma de combate à fome e à pobreza, a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento das comunidades envolvidas, processos essenciais para o fortalecimento da agricultura familiar. CONTAG, 2003, p.5-6.

Pois a efetivação da reforma agrária, estipulada com o fortalecimento da agricultura familiar, afeta “substancialmente na estrutura fundiária do país e na concepção hegemônica de desenvolvimento,” uma vez que, favorece o atendimento de outras demandas, como o aumento de “oportunidades de trabalho, emprego e renda no campo, produção de alimentos saudáveis com redução de impactos ao meio ambiente e com a dinamização social e econômica do entorno das comunidades e dos assentamentos.”( WATANABE, 2010, p. 5).

Nesse sentido,

Não há desenvolvimento no meio rural sem educação, saúde, garantias previdenciárias, salários dignos, erradicação do trabalho infantil e escravo, respeito à autodeterminação dos povos indígenas e preservação do meio ambiente. As lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras pela terra, política agrícola diferenciada, políticas sociais e direitos trabalhistas se inserem,

portanto, na construção de um projeto alternativo de desenvolvimento baseado na expansão e no fortalecimento da agricultura em regime de economia familiar”.(CONTAG, 1998, p.24)

Assim, pode-se mencionar que, o Projeto Alternativo não prevê o fim da agricultura patronal, mas antes questiona a “diminuição de postos de emprego, o descumprimento da legislação do trabalho, a falta de condições para o exercício da profissão”. Pois “são os(as) assalariados(as) rurais que constituem parte da população empobrecida do campo e essa constatação reforça a necessidade de democratizar as relações de trabalho, com renda digna e qualidade de emprego” (CONTAG, 1998). Pois no ritmo das transformações na forma de o Estado se confrontar com a Sociedade Civil no âmbito das políticas públicas, partindo do nova configuração trazido pela Constituição Federal em 1988, o MSTTR assume papel proativo no debate sobre a questão desenvolvimento rural. (WATANABE, 2010, p.6)

## CONCLUSÃO

Nesse sentido, o Movimento, em toda essa jornada de homens e mulheres do campo, das florestas, da caatinga, do litoral, do cerrado, dos pampas e do pantanal, tem se inclinada a entender os anseios , os desejos



e as empreitadas dessas pessoas, que, em muitos casos, vivem em situação de pura escravidão disfarçada. O mundo sindical se aperfeiçoa em alimentar a luta pela emancipação e transformação da classe trabalhadora para desconstruir a existência histórica de explorados e exploradores atribuindo à própria formação o papel de contribuir com o questionamento de práticas sindicais e de avaliar se essas se referenciam na construção de uma nova sociedade mais justa e igualitária . (WATANABE, 2010, p. 8).

Pois uma entidade que durante esses anos se “desenvolveu pelo lado institucional e pelas grandes mobilizações de massa nas ruas.” Sendo que, a CONTAG esteve presente nos principais acontecimentos políticos das últimas décadas, quer seja, nos movimentos democráticos e ou nas lutas mais gerais da sociedade. Auxiliando para a formação de lideranças no campo, uma vez que, é fundamental para o avanço da participação dos movimentos sociais na luta por reformas e mudanças.

Assim, a CONTAG conquistou um espaço institucional de suma importância e organizou uma base social ampla no campo brasileiro. Na relação com os governos conseguiu administrar negociação com pressão e contribui decisivamente para construção de políticas públicas para área rural. (CONTAG,

2003.p 104). Deve-se reconhecer a sua importância enquanto organização de defesa dos trabalhadores da agricultura brasileira, pois somente assim termos uma sociedade mais justa e solidaria.

## Referências

CONTAG . Disponível em:

<<https://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=432&ap=1&nw=1>> Acesso em:27 maio 2016

CONTAG-2ºMÓDULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES E EDUCADORAS EM CONCEPÇÃO, PRÁTICA SINDICAL E METODOLOGIA DA FORMAÇÃO.

Disponível em;

<[www.contag.org.br/.../f716II%20MODULO%20NORTE%20%20CADERNO%20DE%](http://www.contag.org.br/.../f716II%20MODULO%20NORTE%20%20CADERNO%20DE%20)>.. Acesso em 22 maio 2016

CONTAG 40 ANOS. Disponível em:

<<http://www.contag.org.br/imagens/CONTAG-Revista40anos.pdf>> Acesso em: 27 maio 2016

CONTAG. 9º Congresso Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Anais. Fevereiro-março de 2005. CONTAG, Brasília (DF), 2005.

CONTAG. 10º Congresso Nacional dos  
Trabalhadores na Agricultura.  
Anais. março de 2009. CONTAG, Brasília  
(DF), 2009.

Disponível em:  
<[http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_227.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_227.pdf)> Acesso em: 27 maio 2016

CONTAG. 11º Congresso Nacional dos  
Trabalhadores na Agricultura.  
Anais. março de 2013. CONTAG, Brasília  
(DF), 2013.

SOARES, MARCELO DA COSTA . O  
ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO  
E SEU PAPEL NO  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E  
SOCIAL Disponível em:

<<http://www.unimar.br/pos/trabalhos/arquivos/6D1BC795B2DA94D9437C4E3CD7F71iE82.pdf>> Acesso em: 22 maio 2016.

Como surgiram os sindicatos? Disponível  
em:

<<http://correntedahistoria.blogspot.com.br/2013/11/como-surgiram-os-sindicatos.html>> Acesso em: 27 maio  
2016

WATANABE, Célia Hissae.  
DESENVOLVIMENTO RURAL  
SUSTENTÁVEL SOLIDÁRIO E A  
FORMAÇÃO SINDICAL: A  
EXPERIÊNCIA DA CONTAG